

## **Desafios da comunicação pública face aos fluxos comunicacionais: Um estudo sobre a TV Assembleia/ES<sup>1</sup>**

Gilson Arão JÚLIO NETO<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este artigo possui objetivo de apontar os desafios contemporâneos da comunicação pública diante dos fluxos de comunicação ocasionado pelo constante avanço da web 3.0. O presente estudo pretende investigar a migração da programação da TV Assembleia/ES para a fã Page, analisando reação do público. Far-se-á uma elucidação sobre a comunicação pública por meio de resgate histórico. Em seguida abordamos as redes sociais como desafio da comunicação pública, suscitando técnicas de interação com público. No terceiro e último capítulo, analisamos as publicações do veículo na rede social Facebook. Este trabalho assume perspectiva qualitativa. Realiza-se análise descritiva acerca das visualizações das transmissões online na rede social *Facebook*.

**PALAVRAS-CHAVE:** TV Assembleia, Fluxos de Comunicação, Facebook, Interação Social, Democracia Digital

### **INTRODUÇÃO**

A comunicação em todo seu processo histórico, sempre procurou caminhar junto da democracia, Habermas (2003) sustenta esta premissa em sua obra “Mudança estrutural da esfera pública”. Sendo assim, a comunicação, se torna uma necessidade imperiosa de expressão de pessoas, governos, entidades, organizações públicas e privadas.

Com a mudança vertiginosa no campo da comunicação, iniciada no século XX, todos os setores têm sofrido transformações abruptas acerca da metodologia de mediação dos meios comunicacionais. A WEB 3.0<sup>3</sup> democratiza e aproxima as pessoas de seus ‘mundos’ e ‘causas’, ela surge como a segunda geração de serviços on-line, caracterizando se pela capacidade de potencializar as formas de publicação,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XXIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 3 a 5 de junho de 2019.

<sup>2</sup> Graduado em Jornalismo pela Universidade Vale do Rio Doce.

<sup>3</sup> A Web 3.0 constitui o movimento em que as redes sociais se evidenciam de maneira intensa nos territórios sociais. Esta etapa da rede digital nos permite recordar o aniversário de alguém, acessar livros, produtos e serviços. Além do mais, todas as informações que fornecemos neste ambiente, transformam-se em algoritmo que analisa os dados e é capaz de recomendar serviços e produtos, tudo nesta rede se filtra como análise e pesquisa para construção de nichos sociais, direcionados para fins estratégicos.

---

compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para a interação entre os participantes do processo. (PRIMO, 2007).

É sobre esta forma de organização e sobre este espaço que nos dedicamos a compreender as mudanças realizadas vividas pelos indivíduos sociais nas redes, essa participação e difusão da informação em várias plataformas ficou conhecida como “fluxos comunicacionais”.

Como objeto conceitual escolhemos analisar a maneira como a TV Assembleia – um canal público, tem convivido com essa demanda de informação pelas redes sociais, haja vista que toda sua programação é divulgada pelo canal que abrange os 78 municípios do Espírito Santo.

Recentemente, além de exibir as reuniões e toda programação do canal numa plataforma tecnológica disponibilizada no site da assembleia, a TV vem realizando esforços para ocupar espaço na rede social Facebook – ainda que não possua uma rede social própria tendo que utilizar a página da Assembleia Legislativa para propagar suas informações e comunicados – o que pode ser considerado um problema grave de comunicação, até porque mesmo o veículo tendo caráter público possui uma elevada estrutura no quesito programação, são 12 programas. Utilizaremos tópicos específicos para explicar as peculiaridades do objeto analisado.

Este trabalho está dividido em três capítulos, sendo que no primeiro capítulo contextualizamos os conceitos da comunicação pública, Reis (2018) para que possamos compreender a premissa deste campo de atuação da comunicação social. Em seguida com as contribuições de Gomes (2004), Pierre Lévy e André Lemos (2010), e Pierre Zémor (1995) discutiremos as redes sociais e os desafios da comunicação pública ao utilizar recursos empregando estratégias de comunicação nestas plataformas.

No terceiro e último capítulo, abordamos curiosidades da programação do canal público em seguida realiza-se uma análise preliminar acerca do envolvimento afim de se verificar se a estratégia adotada tem correspondido as expectativas do público que vivencia os fluxos comunicacionais.

É realizada uma comparação descritiva sobre as visualizações por meio das lives no *Facebook*, nas reuniões realizadas entre os meses fevereiro, março e abril. A análise é feita por meio de gráficos construídos através de dados cedidos pelos profissionais da TV Assembleia, que muito nos auxiliou com a construção deste trabalho, sem o apoio não conseguiríamos enriquecer esta discussão.

---

Este trabalho assume uma perspectiva qualitativa. Partindo da proposta de se realizar uma reflexão teórica conceitual permeando ambos conceitos citados acima. Para Britten (2011)

A qualidade da pesquisa qualitativa deve ser entendida nos termos dos posicionamentos epistemológicos e ontológicos desse tipo de pesquisa, e não por contraste com os fundamentos positivistas (BRITTEN, 2011, p.386)

Feita como deve ser, a pesquisa qualitativa é rigorosa, exige trabalho intenso tais como revisão bibliográfica, leitura intensa, fichamentos textuais, produção de estado da arte, pelo que consome muito tempo. Não existem, no entanto, soluções fáceis ou mecânicas que possam garantir a ausência de erros como qualquer outra teoria, mas ela serve para a sua finalidade específica.

Como método escolhido desta teoria, aplicou-se a revisão bibliográfica. Para Silva e Menezes (2009), o trabalho utilizado da técnica de revisão bibliográfica deve:

Abordar domínio teórico sobre o tema, quais as lacunas existentes e os principais entraves teóricos. De acordo com o objetivo da pesquisa, a revisão apresenta determinado conteúdo”. (SILVA e MENEZES, 2009, p. 42)

A autora ainda segue sua linha de raciocínio explicando que a revisão bibliográfica é importante na obtenção de informações sobre a situação atual do tema ou problema pesquisado no conhecimento das publicações existentes sobre o tema e os aspectos que já foram abordados; e na verificação das opiniões similares e divergentes, além dos aspectos relacionados ao tema ou ao problema de pesquisa. Silva e Menezes (2009).

## **1. Comunicação Pública, aspectos e conceitos**

Neste capítulo realiza-se uma elucidação teórica acerca dos princípios que norteiam a comunicação pública no Brasil levando em consideração seus principais aspectos e conceitos. O nômade da comunicação tem sua origem por meio da “palavra”, com a arte da retórica, ainda no período medieval.

O alemão João Gutenberg revolucionaria conceitos ao inventar um dispositivo capaz de multiplicar a capacidade de reprodução de livros. Ele criou a prensa, imprimiu a bíblia em 1456 e reinventou o trabalho dos autores, fortalecendo a comunicação impressa que reinava neste período.

---

A partir do século XX ocorreria as transformações tecnológicas como o começo do rádio com os processos de radiofusão. Só a partir deste século que a sociedade começa a vivenciar processos de mudanças tecnológicas. Tivemos o advento do rádio que teve sua importância, o cinema, e finalmente nos anos 50, chegaria a televisão no Brasil, em que conheceríamos a televisão comercial, vinculada ao sistema privado e que se viabiliza pelo mercado, da publicidade.

O debate sobre a comunicação pública ocorre desde a segunda guerra mundial. Quando era feita a discussão da necessidade de garantia aos cidadãos a um processo de comunicação aberto e plural. Dessa forma, é previsto ao ser humano o direito à informação e comunicação conforme o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que aglutina essas perspectivas, ao enfatizar que todo ser humano tem direito a “procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”.

Reis (2018) ao conceder entrevista<sup>4</sup> à TV UFES sobre o tema ‘comunicação pública’, didaticamente elucida explicações sobre o significado e o papel social da comunicação pública, revisitando sua memória, a professora menciona os veículos de comunicação de utilidade pública que existiram e que ainda existem no país.

A convidada do Programa “Vamos Falar Sobre” no momento em que evoca conceitos, interpreta contextos sócio-políticos que culminaram no surgimento dos veículos públicos e, que, fortemente influenciou na existência da comunicação pública. De forma pertinente, Reis (2018) começa seu raciocínio em trecho inicial da entrevista reiterando que todo grupo social demanda fluxos de comunicação

A comunicação por natureza é pública e de interesse público. Qualquer comunidade por menor que ela seja, ela demanda sistemas de fluxos de comunicação para que ela construa seus entendimentos, seus pactos e acordos, discutam suas divergências. É por meio deste sistema de mediação que é constituída as relações no Âmbito da política, cultura e economia. (REIS, Ruth, 2018)

Neste sentido, entendemos na fala de Reis (2018) que devido os indivíduos sociais demandarem fluxos de comunicação, é pertinente a criação de sistemas que viabilizem tais interlocuções. Isto implica responsabilidade dos governos constituírem sistemas para que este encontro público x mídia aconteça – não como uma proposta democrática que

---

<sup>4</sup> Entrevista Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=voPbSvubxUA>> Acesso em: 08/03/2019

viabilize apenas interesses governamentais chamadas de TV “chapa branca”. Infelizmente se perpetua em nosso país, a exploração de forma hegemônica da comunicação por grupos empresariais que servem tão somente a seus interesses familiares visando o lucro exponencial.

É nesse âmbito que se propõe realizar também a cidadania. O cidadão tem direito de conhecer o ambiente que ele vive, a sociedade, e receber as informações em todos os níveis para que ele possa ter uma participação na vida cívica. Então por sua natureza, é necessário que se constituam sistemas para que se efetive esses fluxos e trocas. (REIS, Ruth, 2018).

Para Zémor (1995) o objetivo e o eixo central da comunicação pública têm como ênfase a ‘informação’, porém ela deve ir além de seu caráter informativo. O autor enumera cinco categorias de ações a serem desempenhadas e levadas em consideração pelo profissional que atue na área

1.Responder à obrigação que têm as instituições públicas de levar informação a seus públicos; 2.Estabelecer a relação e o diálogo de forma a desempenhar o papel que cabe aos poderes públicos, bem como para permitir que o serviço público atenda às necessidades do cidadão de maneira mais precisa; 3.Apresentar e promover cada um dos serviços oferecidos pela administração pública; 4.Tornar conhecidas as instituições a elas mesmas, tanto por comunicação interna quanto externa;5.Desenvolver campanhas de informação e ações de comunicação de interesse geral. (ZÉMOR, 1995, p.5)

Dessa forma, entendemos que a comunicação pública necessariamente tem que estar a serviço do coletivo. A comunicação pública, é uma das mais eficientes ferramentas de emancipação social dos sujeitos numa sociedade. Por meio dela, se propagam os direitos sociais de cidadãos e cidadãs.

Nos últimos tempos, a população tem se apropriado do uso de redes sociais para consultar informações acerca de seus direitos e também sobre o uso de equipamentos públicos ou até mesmo acompanhar a discussão de projetos de leis, audiências, decisões que de alguma forma interferem na vida das pessoas trazendo impactos a classes e segmentos sociais numa elevada esfera pública.

No capítulo adiante, tentamos compreender os desafios da comunicação pública nessas ‘redes sociais’ com a participação popular dos cidadãos nas plataformas digitais tecnológicas.

---

## 2. Desafios da comunicação pública no Brasil e os fluxos comunicacionais

O autor Wilson Gomes, em seu livro “Transformações da política na era da comunicação de massa”, ressalta que “o advento do formato web da internet, no início dos anos 1990, trouxe consigo enormes expectativas no que diz respeito à renovação das possibilidades de participação democrática” (GOMES, 2004, p. 303).

Sobre participação democrática, o autor, ainda suscita que a esfera pública de Habermas deu origem a uma esfera pública online, diante de análise acerca dos fluxos comunicacionais, vejamos

O subtema da esfera pública, ou da “nova esfera pública online”, deu seguimento às aplicações que eram feitas do conceito habermasiano de esfera pública, na área de comunicação política, ao universo das comunicações de massa. A ideia de nova esfera pública, agora não mais submetida aos limites da comunicação massiva tão criticados por Habermas nos anos 1960 (GOMES, 2018, p. 49)

Desta forma, sabemos que a internet mudou a forma dos relacionamentos entre os indivíduos e principalmente o caráter da democracia, isso porque através da internet existe a possibilidade não apenas de transmitir conteúdos e informações, mas também praticar uma comunicação baseada na pluralidade das ideias.

Com a migração dos sujeitos para as redes sociais, em que numa perspectiva territorial Haesbaert (2004) compreende por meio dos conceitos de mutiterritorialidade<sup>5</sup> ou desterritorialização, vemos que a forma de participação política de uma sociedade, torna-se ainda mais visível com posicionamentos políticos, aderência a campanhas, casos de comoção social. Também se modifica o processo de comunicação, tomando-o cada vez mais fundamento no diálogo e em trocas simbólicas.

Este processo de comunicação é compreendido como o modelo todos-todos, em que de acordo com Lemos e Lévy (2010) todos podem emitir e receber informações e trocar conteúdos ao mesmo tempo, por isso difere do modelo um-todos, que está ligado às mídias tradicionais que possuem o monopólio de transmissão de conteúdos para os seus receptores, mas que ainda possuem e agregam bastante valor nas esferas sociais, ganhando assim extrema importância – aqui refiro-me à TV e Jornal Impresso.

---

<sup>5</sup> Haesbaert (2004) discorreu sobre a multiterritorialidade como instrumento integrador do indivíduo ao espaço que se (re) configurou com esse avanço tecnológico.

---

Neste sentido, o papel dos receptores era somente o de receber conteúdos e informações, sem ter a possibilidade de ser emissor de suas próprias informações, entendemos a presente situação como o efeito da bala mágica, fruto da teoria hipodérmica uma das teorias precursoras da comunicação Wolf (2005). Percebe-se, de fato, que a internet possibilita uma maior visibilidade dos assuntos e dos atores políticos e, para além disso, possibilita que a pessoa não só receba informações, mas seja um emissor de conteúdo.

Esta pode ser considerada como sendo a maior contribuição da internet para a democracia, “é a visibilidade que ancora a discutibilidade na democracia” (GOMES, 2004, p. 303). A questão é que, quanto mais visíveis forem os assuntos de interesse público, mais haverá espaço para discussões e participação do cidadão.

Nesse sentido, com o cenário de intensas transformações na comunicação, com os fluxos comunicacionais, devemos pensar o papel que as mídias sociais desempenham ou podem desempenhar para estimular a prática e o exercício da comunicação pública.

De fato, as redes sociais proporcionam uma maior participação, numa relação dialógica entre os sujeitos. Tal diálogo não acontece numa relação face a face. O que se tem, na verdade, é uma comunicação que também é mediada, nesse caso pelo computador. Porém, mesmo sendo mediada, não se caracteriza uma comunicação que anula a potencialidade crítica do sujeito receptor.

Pelo contrário, ela possibilita uma participação do receptor como emissor de conteúdo, e não apenas no seu papel fixo de recepção, como acontece por mediação realizada através de outros meios de comunicação de massa, conforme dissemos anteriormente. Aqui, o indivíduo sempre ressignifica as mensagens recebidas e retransmite as mesmas, de acordo com seu nível de entendimento e percepção.

No caso das mídias sociais, o processo de compartilhar informações ou opiniões torna-se mais fácil. O que acontece é que essas mídias possibilitam uma comunicação mais aproximativa entre sujeito e receptor; uma relação que não demonstra mais tão somente o papel do emissor e do receptor, tendo o primeiro apenas como emissor de mensagens e o segundo apenas como receptor.

Dessa forma, entendemos que as mídias sociais podem estimular a prática da comunicação pública, conforme sustentamos neste capítulo, já que elas possibilitam uma participação mais interativa e participativa no processo de comunicação – chegaremos ao eixo central deste estudo no capítulo próximo, em que se verifica um esforço de otimizar

---

a comunicação de uma TV pública por meio inserção de parte de sua programação na rede social Facebook e como esta convergência tem ocorrido.

### **3. A TV Assembleia do Espírito Santo no *Facebook***

A TV Assembleia foi criada por meio de um projeto de resolução publicado em 26 de dezembro de 2001. Entrando no ar no dia 2 de fevereiro de 2002 com a exibição da primeira reunião parlamentar para todos os municípios da Grande Vitória. Com uma programação de 24 horas, a TV Assembleia é transmitida nos seguintes canais, na Grande Vitória: canal 19.2 abertos e digital, 12 NET, 23 RCA e 519.2 Sky Digital.

O sinal da TV Assembleia é retransmitido em quatro cidades do interior do Estado: Guarapari e Cachoeiro de Itapemirim, na região Sul; e Linhares e São Mateus, na região Norte. Ao todo são 12 horas de programação semanal, distribuídas da seguinte forma: segundas e terças-feiras, das 15 às 19 horas, e quarta-feira, das 9 às 13 horas. Os moradores dessas cidades podem acompanhar a sessão ordinária e outras atrações da grade da programação.

Em canal aberto direto, a TV ALES realiza cobertura em toda Grande Vitória e por meio de parcerias com emissoras privadas o sinal tem sido retransmitido para as principais cidades do Espírito Santo. Depois de ter passado por um longo processo para conseguir um canal aberto.

A TV ALES foi a 5ª TV Legislativa a ser criada no país, estreando no mesmo período em que a TV Senado era difundida. A primeira TV Legislativa a ser criada no país foi a TV da Assembleia Legislativa de Minas Gerais que serve de aprendizado para todo o país porque a emissora se encontra numa estrutura positiva e a TV ALES se baseia nela em alguns aspectos.

A criação dos programas foi uma construção dos coordenadores e gestores que passaram pela Assembleia Legislativa nos últimos anos. Outro fator de extrema relevância é que a TV oferece produção de conteúdos a comunidade, são conteúdos produzidos de interesse público que são apresentados durante os comerciais das programações, os vídeos trazem um viés cultural, abordando a cultura capixaba, os monumentos – como por exemplo, o Programa Encantos, que são pílulas que aparecem durante os intervalos. Na grade dos programas, a TV Assembleia buscou realizar a cobertura de ações que envolvam a literatura, música e gastronomia, criando uma identidade de pertencimento para o capixaba.

Vale ressaltar que a TV ALES não possui a pretensão de exibir programação com vistas a disputa de audiência com veículos tradicionais hegemônicos. O veículo tem uma programação exclusivamente alternativa em que consiste realizar programas com desdobramentos que proporcionem melhor qualidade nas discussões que são realizadas. Ao entrar no ar, por um longo período, a TV ALES realizava cobertura somente de reuniões do plenário.

Vários profissionais de referência sobre comunicação pública estiveram envolvidos na redefinição de programas que tivesse o caráter de utilidade pública, com documentários, sugestões e planejamento de programas. Em 2009, o veículo ganhou uma grade oficial de programação com horários especiais.

Atualmente a televisão conta com um setor de programação específico para cada horário. Uma das conquistas desde a instalação e distribuição do sinal da televisão para o público, foi a possibilidade de a imprensa acompanhar as reuniões do parlamento via online, nas redes sociais, nos canais de distribuição, como o youtube, o site eletrônico e agora o *Facebook*.

A imprensa realiza cobertura virtual e divulga as ações que são pertinentes ao interesse público. Esse caráter de convergência midiática Jenkins (2008) otimizou a comunicação pública no Estado. As audiências públicas ganham mais visibilidade porque são acompanhadas virtualmente.

Relação de programas que compõe a grade de programação da TV Assembleia /Espírito Santo



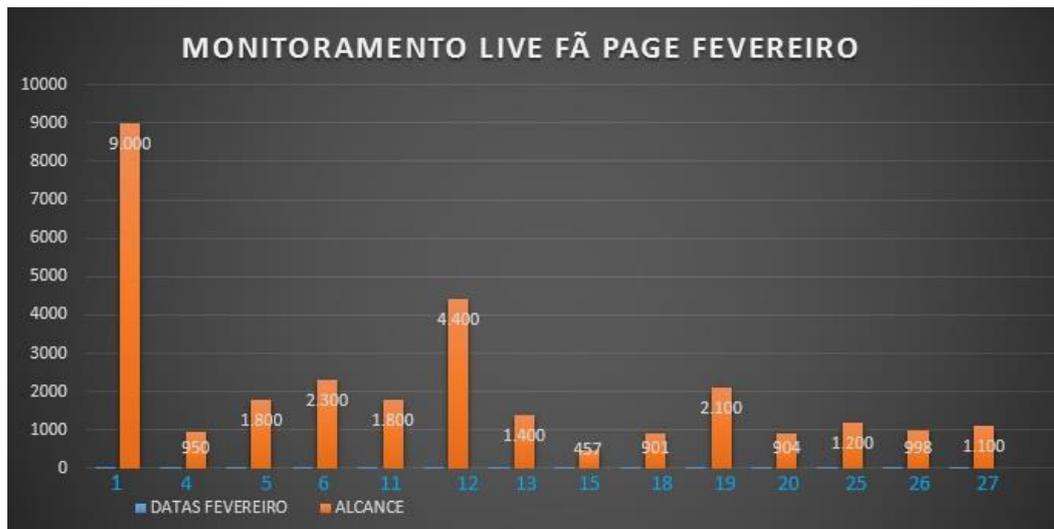
Fonte: Site da ALES

#### 4. ANÁLISE

Para fins de comparação acerca da participação popular das sessões parlamentares da casa legislativa, analisou-se a quantidade de visualizações de *lives* com as transmissões online durante os meses de fevereiro, março e abril, com o acontecimento de sessões ordinárias e audiências públicas da Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

Os dados foram coletados e disponibilizados por uma equipe de técnicos da TV Assembleia que diariamente fazem o monitoramento de visitas à página, com a finalidade de compreenderem como tem sido feita a interação entre a população e o parlamento nas redes sociais.

O método da quantificação e tabulação das *lives* foi realizado dentro do programa de planilhas Microsoft Excel adotando critério de seleção por dia dos referidos meses que houve reuniões parlamentares, levando em consideração a população que acompanhou as reuniões através da página da Assembleia. Vejamos abaixo, as visualizações do mês de fevereiro na Fã Page no *Facebook* da Assembleia Legislativa do Espírito Santo



Fonte: o autor | Dados: TV Assembleia ES

No primeiro dia de fevereiro, aconteceu a posse dos deputados eleitos. A página da Assembleia retransmitiu a solenidade por meio de uma *live* automática em decorrência do site distribuir o acontecimento para a plataforma no Youtube. Pensando numa estratégia positiva, a mesma programação se redirecionou para a rede social *Facebook* sendo que os 14.207 seguidores tiveram a oportunidade de acompanhar em tempo real a solenidade.

Dessa quantidade de seguidores mencionada acima, 9.000 pessoas diretamente ou indiretamente assistiram a solenidade de posse dos deputados estaduais e a reeleição do

presidente da Casa de Leis, o envolvimento do público representa um percentual de 63,35% dos seguidores da página.

Os números reduzidos de visualizações são de fóruns e conferências realizadas por segmentos específicos da sociedade capixaba na Assembleia. Os demais números são das reuniões diárias do mês de fevereiro, percebe-se que os números oscilam em detrimento de temas de projetos de leis discutidos.

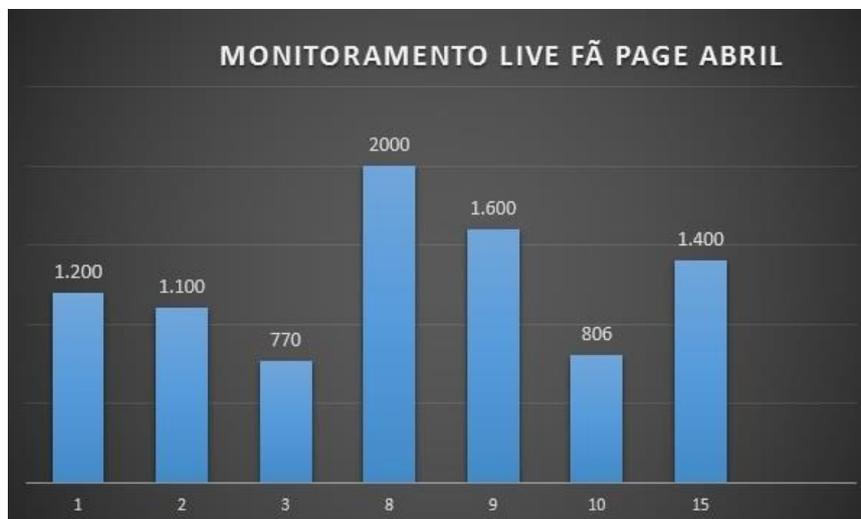


Fonte: o autor | Dados: TV Assembleia ES

A grande audiência na página da instituição no dia primeiro de março, conforme destaca o gráfico acima, tem justificativa com o relatório feito pela equipe da TV Assembleia – o número representa a visita do governador recém-empossado, à Casa de Leis, em dois meses de governo, o político prestou contas de suas atividades parlamentares para deputados e população.

O público toma conhecimento de sua visita e na data e hora marcada acompanham seu pronunciamento. Os demais números, representam as reuniões diárias da casa legislativa que se prestamos atenção se concebe como um número bastante positivo do ponto de vista de interação e engajamento – sem levar em consideração as outras mídias. Em seguida, os números representam o envolvimento dos seguidores com a TV Assembleia no mês de abril

Relação de visualizações de transmissões online em reuniões do mês de abril na ALES



Fonte: o autor | Dados: TV Assembleia

No mês de abril, não houve nenhum acontecimento que não saísse da rotina das apresentações, discussões e proposições de projetos de leis. Analisamos até o dia 15 de abril e durante até a presente data, os acessos chegavam a 8.700 visualizações ao ser feita uma transmissão online.

Não foi possível termos acesso aos dados da audiência de expectadores na televisão tradicional, devido ao órgão não realizar pesquisa de audiência por este não se desvelar como foco do veículo público. Não analisamos o youtube que tem link com o site, porque nosso foco se voltou para a rede social *Facebook*.

## 5. RESULTADOS

Constatamos por meio de uma análise descritiva que a população tem se aproximado da Casa Legislativa com os números expressivos das visualizações, se levarmos em conta o número baixo de seguidores para uma assembleia legislativa com 30 deputados eleitos representantes de 78 municípios, em um Estado com a população de 3,88 milhões de habitantes.

É pertinente salientar que sempre quando há algum acontecimento que se desloque da rotina diária das reuniões parlamentares, as visualizações crescem vertiginosamente como tivemos exemplo da visita do governador, da posse do novo presidente, das prestações de contas.

---

Este resultado demonstra que muitas vezes o público não está assistindo as reuniões naquele momento, mas de uma certa maneira, ele está ciente dos acontecimentos relevantes e que por ventura sejam de extremo interesse para formar opiniões nas esferas da sociedade em que estejam inseridos.

É uma atitude extremamente plausível, a convergência midiática, a junção e distribuição em tempo real da programação das reuniões. Isto significa que há uma demanda de fluxos de comunicação de uma população que quer participar das decisões e se informar para formar opiniões numa sociedade ainda plural e democrática.

Recomenda-se pensar campanhas para que o número de seguidores aumente e as visualizações das transmissões ao vivo aumentem respectivamente. Vale realizar uma avaliação de uma criação de página independente para TV Assembleia na rede social, tendo em vista sua existência na TV aberta.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio da realização deste trabalho, foi possível compreender a todo instante, a presença de fluxos de comunicação numa rede social. Os resultados mostram que estamos nos aproximando de uma democracia digital – ainda que em passos lentos e com algumas barreiras. É pertinente reconhecer este avanço. O público demanda ser informado nos territórios em que eles estejam inseridos (facebook, youtube, site eletrônico institucional).

Ficou comprovado que os governos podem se apropriar desta ferramenta para ampliar a transparência de suas ações, pois há público interessado nas decisões da vida cívica pública. No Brasil, ainda se tem um gargalo sobre o debate da comunicação pública que reconheça as culturas abrace as diversidades e converse com o povo. Infelizmente nossa televisão hegemônica se viabiliza pela publicidade e, isto, dificulta um pouco o nascimento dessa televisão pública.

A Televisão Pública da Assembleia Legislativa proporciona cultura e debates de extrema relevância oferecidos à população em meio aos seus 12 programas disponíveis publicamente na plataforma youtube e exibido na TV Aberta.

Depois desta reflexão teórica-conceitual, chegamos à conclusão de que é preciso levar a sério essa apropriação do público com as redes sociais. Gomes (2018) fala que é uma esfera pública online, na concepção de Habermas e isto está acontecendo.

Por ser um campo novo, vale apostar em novas pesquisas para se compreender as novas formas que nasceram para nós a qual damos o nome de “democracia digital” e governos digitais. Temos exemplos de muitas cidades inclusive do interior do Estado que

---

tem se movimentado para construir governos digitais em que a governança é participativa e transparente por causa da tecnologia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988

BRITTEN, N. **Pesquisa qualitativa metodológica**, Rio de Janeiro, Editora Contexto, 2011.

**DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS**. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GOMES, Wilson. **A democracia no mundo digital: história, problemas e temas**. São Paulo Edições Sesc 2018.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade** burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

JENKINS, Henry, **Cultura da Convergência**. São Paulo :Aleph, 2008

LEMONS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia**. São Paulo: Paulus, 2010.

PRIMO, Alex. **Interação mediada por computador: comunicação, cibercultura, cognição**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

REIS, Ruth. **Comunicação Pública**. 2018. Disponível em:  
<<https://www.youtube.com/watch?v=voPbSvubxUA&t=208s>> Acesso em:  
<14/04/2019>

SILVA, E. L. MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2009.

WOLF, Mauro – **Teorias da Comunicações de massa** – 2º ed. SP Martins Fontes, 2005

ZEMOR, Pierre. **La communication publique**. Cap.1: O campo da comunicação pública. Trad. resumida Brandão. Disponível em:  
<[http://www.ucb.br/comsocial/mba/ComunicacaoPublicaPierreZemor\\_traducao.pdf](http://www.ucb.br/comsocial/mba/ComunicacaoPublicaPierreZemor_traducao.pdf)>

